Mercator, Fortaleza, v. 23, e23008, 2024. ISSN:1984-2201

MANDALA DA SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

https://doi.org/10.4215/rm2024.e23008

Tasso, J.P.F. [a*] - Silva, D.L.B. [b] - Nascimento, E.P. [c]

(a) Doutor em Desenvolvimento Sustentável
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1171-6413. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/8501815511514126.
(b) Doutor em Administração
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4562-5421. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/4840665574013160.
(c) Doutor em Sociologia
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8514-2117. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/5290901839648752.

Article history:
Received 12 July, 2023
Accepted 23 March, 2024
Published 10 April, 2024

(*) CORRESPONDING AUTHOR
Address: UNB, Campus Universitário Darcy Ribeir, Gleba A, Bloco C, CEP: 70904970, Brasília (DF), Brazil. Phone: (+5561) 31075983.
E-mail: jpfariatasso@gmail.com

Resumo

A contemporaneidade vem sendo marcada pelo uso trivial e descomedido do adjetivo “sustentável”, e o contexto do turismo não ficou de fora. O aclamado título “destino sustentável” se tornou premissa central entre grupos gestores dos territórios. Entretanto, o processo de elaboração de políticas públicas, para atender a esta condição, tem evidenciado tratamentos reducionistas e, por vezes, equivocados, que não incorporam a real complexidade da sustentabilidade ao turismo. O resultado? Ações desconexas, pontuais e ineficazes, alicerçadas em achismos ou interesses particulares dos atores do território. O presente ensaio objetiva apresentar uma proposta simplificada e didática de instrumento de planejamento territorial (Mandala da Sustentabilidade no Turismo – MST), a fim de contribuir com o intento de busca da sustentabilidade no desenvolvimento turístico. A MST é composta por 21 indicadores, definidos a partir da análise de instrumentos internacionais e de estratégias nacionais vigentes na área de planejamento turístico. O instrumento perpassa pelas 07 dimensões da sustentabilidade (ambiental, territorial, política, cultural, social, econômica e tecnológica), desenvolvido para orientar, pragmaticamente, grupos gestores locais e regionais do turismo.

Palavras-chave: Indicadores de Sustentabilidade; Turismo; Políticas Públicas; Mandala da Sustentabilidade no Turismo; Desenvolvimento Local.

Abstract / Resumen

TOURISM SUSTAINABILITY MANDALA

Contemporary times have been marked by the trivial and excessive use of the adjective “sustainable” tourism has not been left out of this trend. The lauded “sustainable destination” title has become a central premise among territorial management groups. However, developing public policies to meet this status has evidenced reductionist and sometimes misguided treatments that fail to incorporate the true complexity of sustainability into tourism. The results are disconnected, one-off, ineffective actions based on guesswork or the interests of particular actors in the territory. This essay presents a simplified and didactic proposal for a territorial planning instrument (Sustainability Mandala in Tourism – TSM) to contribute to the attempt to seek sustainability in tourism development. The TSM comprises 21 indicators, defined from the analysis of international instruments and national strategies in force in tourism planning. The instrument covers the seven dimensions of sustainability (environmental, territorial, political, cultural, social, economic, and technological), and it has bee developed to guide local and regional tourism management groups pragmatically.

Keywords: Sustainability Indicators; Tourism; Public Policy; Mandala of Sustainability in Tourism; Local Development.

MANDALA DE LA SOSTENIBILIDAD EN EL TURISMO

La contemporaneidad ha sido marcada por el uso trivial y desmedido del adjetivo “sostenible”, y el contexto del turismo no ha quedado fuera. El aclamado título de "destino sostenible" se ha convertido en una premisa central entre los grupos gestores de los territorios. Sin embargo, el proceso de elaboración de políticas públicas para cumplir con esta condición ha revelado enfoques reduccionistas y, a veces, equivocados, que no incorporan la verdadera complejidad de la sostenibilidad en el turismo. ¿El resultado? Acciones desconectadas, puntuales e ineficaces, basadas en suposiciones o intereses individuales de los actores del territorio. El presente ensayo tiene como objetivo presentar una propuesta simplificada y didáctica de un instrumento de planificación territorial (Mandala de la Sostenibilidad en el Turismo – MST), con el fin de contribuir al intento de buscar la sostenibilidad en el desarrollo turístico. El MST está compuesta por 21 indicadores, definidos a partir del análisis de instrumentos internacionales y estrategias nacionales vigentes en materia de planificación turística. El instrumento cubre las 7 dimensiones de la sostenibilidad (ambiental, territorial, política, cultural, social, económica y tecnológica), desarrollado para guiar pragmáticamente a los grupos de gestión turística locales y regionales.

Palabras-clave: Indicadores de Sostenibilidad; Turismo; Políticas Públicas; Mandala de la Sostenibilidad en el Turismo; Desarrollo Local.

This is an open access article under the CC-BY 3.0 Creative Commons license

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas (1990 a 2020), os termos "sustentabilidade" e "sustentável" se tornaram triviais no mundo corporativo, governamental, acadêmico, midiático e, até mesmo, nas redes sociais. Estes termos qualificam propostas políticas, estampam produtos, personalizam narrativas, criam diferenciais para processos e serviços e, aos poucos, popularizam-se como um ideal incontestável (AGBEDAHIN, 2019). Prática louvável, se não fosse pelos equívocos nos tratamentos, por vezes reducionistas, por parte do establishment, de um conceito historicamente debatido. Achismos e a adoção de práticas voltadas, exclusivamente, a interesses particulares alicerçaram a simplificação do raciocínio (SOLOW, 1974), acentuando o comportamento de indivíduos, grupos sociais ou empresas que publicizam um código ético de responsabilidade socioambiental os quais atestam se comprometer (FONT; ELGAMMAL; LAMOND, 2017).

Diante disso, campanhas partidárias e planos de governo, produtos e serviços, práticas e narrativas, passaram a assumir uma imagem de prudência ecológica, utilizando-se de rótulos como: responsible, green, certified green, bio, biofriendly, eco, eco-friendly, 100% organic, non-toxic, chemical free, greener, earthfriendly, all natural, recycled, zero emissions, hormone-free, sustainable. E, adotando o discurso da sustentabilidade visando maior competitividade – no mercado, na política e nas relações sociais – por meio do greenwashing (ABRAMOVAY, 2012) e de planos de governo frívolos, ocultam ostensivas agressões à natureza, estratégias políticas centradas no progresso econômico e processos de contaminação química de alimentos em razão do lucro (SINGH et al., 2021).

O campo do turismo também propôs agregar a sustentabilidade ao processo de desenvolvimento territorial, principalmente, diante de múltiplos impactos negativos acarretados pelo setor (LEIPER, 1995; WTO, 2019), tais como: overtourism (MILANO; NOVELLI; CHEER, 2019) e movimentos locais calcados na "turismofobia" (MARTINS, 2018); reduzida participação comunitária na economia do turismo (FONTELES, 2008; KRIPPENDORF, 2016; SILVA; GOMES, 2008); uso predatório dos ativos naturais que compõem os atrativos e sustentam muitas atividades (CAVALCANTE; FURTADO, 2011; CHOI; SIRAKAYA, 2006); exclusão socioprodutiva de pequenos produtores rurais (TASSO, 2014); saturação das capacidades de carga psicológica (LIU, 2003); ampliação no custo de vida dos residentes (COSTA, 2013); desenraizamento cultural e foco na "monocultura" do turismo (VALLS, 2006), entre outros.

A partir da década de 1990, tais perturbações impulsionaram grupos gestores dos destinos a almejar o "Turismo Sustentável" (AGBEDAHIN, 2019). No entanto, ao menos três obstáculos atravancam este intento:

1- A complexidade inerente ao conceito de sustentabilidade e de suas múltiplas dimensões, dificultando a compreensão comum entre os stakeholders e, consequentemente, prejudicando os processos decisórios (AGBEDAHIN, 2019);

2-A ineficácia de políticas públicas de turismo, alicerçadas em achismos ou interesses particulares, mais preocupadas com a publicização do dito "destino sustentável", e que pouco refletem as reais lacunas do território e do setor quanto às dimensões da sustentabilidade (FONT et al., 2017);

3-A carência de ferramentas didáticas, inovadoras e estratégicas, direcionadas ao turismo, que ofereçam suporte ao planejamento, monitoramento e à avaliação da sustentabilidade no setor. Um desafio que representa superar as propostas políticas e teóricas, e alcançar aplicações práticas para a sustentabilidade do turismo (TORRES-DELGADO; SAARINEN, 2014).

Diante do desafio epistemológico que revela a necessidade de facilitar uma compreensão mais pragmática da sustentabilidade nos destinos, este ensaio objetiva apresentar uma proposta simplificada e didática de instrumento de planejamento territorial (Mandala da Sustentabilidade no Turismo), a fim de contribuir com o intento de busca da sustentabilidade no desenvolvimento turístico. Este trabalho justifica sua importância, a partir das sugestões de Ruhanen, Moyle e Moyle (2019) para gerar propostas que traduzam, em práticas, políticas e ações voltadas ao turismo sustentável.

SUSTENTABILIDADE: DESVENDANDO O DESAFIO

A noção de sustentabilidade não sustenta uma definição clara e objetiva (WACKERMANN, 2008), a exemplo de outros conceitos como democracia, felicidade e justiça (VEIGA, 2019). A popularização do termo ganhou impulso com o Relatório "Nosso Futuro Comum" (UM, 1987), em que a sustentabilidade passou a qualificar propostas de desenvolvimento, e o conceito de "desenvolvimento sustentável" ganhou notoriedade mundial (VEIGA, 2019). De início, a sustentabilidade se associava ao uso local dos recursos naturais, distante do reconhecimento presente de um problema global (MARQUARDT, 2006). Por décadas, tentou-se superar a dicotomia entre leituras técnicas, preocupadas com a capacidade de reabastecimento e restauração, e a responsabilidade ética no suporte à vida e aos interesses das futuras gerações (REDCLIFT, 1993).

Ainda que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (DS) tenham se tornado sinônimos nas narrativas contemporâneas – presentes, por exemplo, no notável artigo que pretende fundar uma ciência da sustentabilidade (CLARK; HARLEY, 2020) –, reconhece-se uma incongruência nos termos. O desenvolvimento, de maneira prática e factual, sempre foi associado ao crescimento econômico, algo que, a longo prazo, é inviável (CAMPAGNA; GUEVARA; LE BOEUF, 2017). Logo, preconizar a narrativa do "crescimento sustentável" subestima as dimensões físicas do ecossistema terrestre, que é finito, não-crescente e materialmente fechado (LA TOUCHE, 2006).

Já a sustentabilidade é inspirada no conceito de resiliência, situação que remete, portanto, ao sentido de durabilidade (WACKERMANN, 2008). Em outros casos, ela é tratada como a relação harmoniosa entre sociedade humana e natureza, o que é relativamente incoerente, pois a relação sociedade-natureza se mostra, historicamente, desajustada. Esta ideia é utilizada cotidianamente, porém sem respaldo cientifico (VEIGA, 2023). Assim, nota-se que a sustentabilidade configura um objetivo a ser alcançado pelas pessoas em suas relações com a natureza, enquanto o desenvolvimento sustentável consiste em um caminho para lcança-la.

De toda forma, a noção de sustentabilidade (ou de DS) foi recebida com desconfiança no meio político, e encontrou resistência dos ultraliberais que, inquietos com o avanço nos debates sobre temas ambientais, afligiam-se com a concorrência frente às suas prioridades (VEIGA, 2019). No entanto, diante da crescente degradação ambiental, com recorrência de eventos críticos globais resultantes das mudanças climáticas (IPCC, 2022; LOVELOCK, 2021; RIPPLE et al., 2017), bem como das reações de movimentos sociais face à inércia governamental, a Organização das Nações Unidas (ONU) se sentiu pressionada a lançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), alimentando a consciência sobre a existência de uma forte ameaça à humanidade.

Isso demonstra que, ao longo do tempo, a sustentabilidade passou a significar um valor (BARBIERI et al., 2010). Empresas, governos e organismos internacionais se viram pressionados a adotar práticas focadas também no sistema social. Assim, a adesão ao valor da sustentabilidade atribuía às empresas uma eficiência simbólica e técnica (MEYER; ROWAN, 1991). Com a sua propagação, o termo "sustentabilidade" se tornou polissêmico e não coeso: como um valor disseminado na sociedade (SCARANO, 2019); como uma nova ciência em construção (CLARK; HARLEY, 2020) que impede o seu tratamento como um "conceito"; e como um campo de disputa de forças (NASCIMENTO, 2020), em que muitos discursos passaram a adotá-lo, complementando-se ou se opondo, mas sempre condicionando posições e tomadas de decisão por empresários, movimentos sociais, organismos multilaterais, governos e políticos (NASCIMENTO, 2012).

Reconhece-se, no entanto, que a sustentabilidade não se atrela a discursos panfletários verdes, publicizados, exclusivamente, para dilatar o capital reputacional das empresas (ABRAMOVAY, 2012), ou para ampliar lucros e sua competitividade, por meio de iniciativas enganosas de responsabilidade socioambiental, a exemplo do greenwashing (DELMAS; BURBANO, 2011). Esta prática é desenvolvida por free-riders, que adotam a retórica da sustentabilidade como estratégia para conquistar vantagens materiais e simbólicas.

Outro equívoco, ocasionado pelo uso inapropriado do termo "sustentabilidade", revela-se em uma dicotomia: "é sustentável" versus "não é sustentável" (WACKERNAGEL; REES, 1996). Sustentabilidade não é um fim em si (MCCOOL; BOSAK, 2016), nem uma tipologia ou segmento (CLARKE, 1997), ao contrário de como muitos tentam promover seus territórios: como destinos de "turismo sustentável". A rigor, não há turismo sustentável, pois: (a) não há ferramentas apropriadas que

definam, dentro de um padrão estático, se destinos e suas práticas são, ou não são, seguramente sustentáveis (COSTA, 2013); (b) a operacionalização do turismo implica em deslocamento e em emissão de CO_2 que, per se, compromete sua adjetivação (SHARPLEY, 2020). Traz-se, ainda, o descuido mais recorrente na compreensão da sustentabilidade: o de uma ideia ramificada em três "pilares", seguindo o conceito de Triple Bottom Line (Profit, People, Planet) de Elkington (1997). Ao serem considerados como atributos fundamentais para garantir a sustentabilidade, sugere-se que tais pilares se encontram dissociados. Um equívoco-chave, afinal, a premissa central da sustentabilidade é reconhecer que tais "dimensões" (estas sim) coexistem, são inseparáveis e interdependentes.

Diante de múltiplas interpretações, a sustentabilidade requer uma compreensão prática, ao menos enquanto não se concretiza uma ciência da sustentabilidade (CLARK; HARLEY, 2020). Pressupostos aplicáveis que guiem os diversos atores sociais, objetivando mitigar os efeitos antrópicos sobre o meio ambiente. Nesse caso, quais características elementares da sustentabilidade devem ser consideradas nos processos de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas? Parece razoável atribuir às práticas em busca da sustentabilidade alguns princípios:

1-A sustentabilidade se ancora em uma premissa: a noção de sistema. Isso implica que ela deva ser pensada a partir do envolvimento coletivo, interdependente e equânime de todo o planeta, no compartilhamento de custos e benefícios entre os sistemas da organização societal (global, nacional, regional e local), e reafirmando as relações complexas entre sociedade e natureza (atmosfera, biosfera, litosfera e civilização humana) (FAUCHEUX; NÖEL, 1995; SACHS, 2007);

2- A sustentabilidade se fundamenta no atendimento aos direitos coletivos de acesso a um meio ambiente saudável e de melhoria da qualidade de vida, bem como no cumprimento dos direitos humanos (SACHS, 2008);

3- A sustentabilidade se alicerça em um duplo imperativo ético: solidariedade sincrônica com a geração atual e solidariedade diacrônica com as gerações futuras (SACHS, 2008). Este princípio ético intergeracional representa uma dissociação entre sustentabilidade e as propostas fundadas no crescimento econômico desenfreado e consumo vertiginoso, simbolizadas pelo modo de produção vigente, que adota o Produto Interno Bruno como indicador de prosperidade humana e degrada as condições de vida no planeta (NASCIMENTO, 2012);

4- A sustentabilidade é um processo (e não um fim, em si) impulsionado pela conquista de um objetivo utópico, capaz de fomentar estratégias éticas e responsáveis inclinadas ao desenvolvimento humano. Por isso, pressupõe a sua mensuração, por meio de indicadores não monetários (DALY; COBB, 1989) que avaliem o nível de sustentabilidade do ecossistema em análise (FAUCHEUX; NÖEL, 1995);

5- A sustentabilidade é tangível e sólida, distante de vazios discursos, slogans e rótulos, ou expressões emotivas (SOLOW, 1993). Requer iniciativas concretas, voltadas à manutenção das potencialidades humanas alinhadas aos limites de cada bioma, à preservação dos ecossistemas e de seus elementos (químicos, físicos e ecológicos) que viabilizem a reprodução da vida;

6- A sustentabilidade é multidimensional (SACHS, 2007). A multiplicidade de atributos – ecológicos, econômicos, culturais, sociais, territoriais, políticos etc. – que a conduzem, são aspectos centrais de dimensões interdependentes e indissociáveis, os quais as sociedades globais pretendem alcançar ou maximizar (FAUCHEUX; NÖEL, 1995). Via de regra, a sustentabilidade é composta, essencialmente, por seis dimensões (Quadro 1).

Cabe destacar que muitas outras dimensões – ética, estética etc. – já foram sugeridas. No ferramental de planejamento aqui proposto, foi incluída uma sétima dimensão: a tecnológica, proposta em variados temas, dentre eles, as questões climáticas as quais exigem mudanças na base energética pautada em combustíveis fósseis (OLABI et al., 2022).

DIMENSÕES	BREVE DESCRIÇÃO
Social	Distribuição justa de renda, erradicação da pobreza, viabilização de oportunidades de pleno emprego e/ou de trabalho autônomo com qualidade de vida decente, garantia de acesso aos serviços sociais e a recursos, alcance de um patamar razoável de qualidade de vida para todos, o que implica em redução das desigualdades sociais e regionais.
Econômica	Desenvolvimento de atividades ecoeficientes, garantindo a viabilidade econômica a partir da inovação tecnológica dos instrumentos de produção, visando a descarbonização e desmaterialização da economia, e o respeito à natureza.
Ambiental	Conservação e uso racional dos recursos naturais, realçando a capacidade de resiliência dos ecossistemas, assegurando a produção de recursos renováveis, e limitando ou proibindo o uso de recursos não-renováveis.
Política	Garantia da cidadania e da participação, por meio de espaços democráticos de diálogo. Estabelecimento de processos decisórios inclusivos, e respeito à diversidade e aos direitos humanos fundamentais.
Territorial	Balanceamento e aperfeiçoamento das configurações urbanas e rurais, com superação de disparidades inter-regionais. Melhor distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades. Criação de estratégias de desenvolvimento para áreas ecologicamente frágeis. Estímulo a produção de alimentos e de energia, ao uso consciente de águas, a mobilidade inteligente e a inovação tecnológica.
Cultural	Mudança de valores e de comportamentos, revertendo padrões de consumo (do "consumir" para o "usufruir") e estilos de vida (da "instantaneidade da moda" para a "durabilidade do produto"). Equilíbrio entre respeito à tradição/identidade e a inovação, primando pela autonomia e fortalecimento de grupos comunitários marginalizados.

Quadro 1- Especificidades das Dimensões da Sustentabilidade. Fonte: próprios autores, baseado na bibliografia específica deste estudo.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NO TURISMO: ENTRE O DESÍGNIO E A CAPACIDADE

Assim como no campo da sustentabilidade, a complexidade é inerente, também, ao campo do turismo. Isto porque o turismo é um fenômeno social e sistêmico, transversal, dinâmico e multisetorial (BENI, 2020; MOESCH, 2013) que gera impactos negativos multidimensionais imputados ao seu crescimento vertiginoso (WTO, 2019). Para mitigar esses impactos, grupos gestores dos destinos se veem diante de um obstáculo vultoso no seu planejamento territorial: como aplicar, na prática, ações estratégicas (de avaliação e monitoramento), que incorporem a complexidade intrínseca à sustentabilidade do turismo.

O uso de instrumentos de mensuração da sustentabilidade, como Pegada Ecológica (WACKERNAGEL; REES, 1996), Painel de Controle da Sustentabilidade (SCIPIONI et al., 2009) e Barômetro da Sustentabilidade (PRESCOTT-ALLEN, 2001), configura possíveis caminhos para auxiliar gestores no entendimento da pluridimensionalidade da sustentabilidade. No turismo, enfatiza-se a necessidade de desenvolver novos indicadores, a fim de reconhecer o grau de sustentabilidade dos destinos e as ações necessárias ao seu fortalecimento (BLANCAS et al., 2011; LANDFORD, 2009; TORRES-DELGADO; PALOMEQUE, 2014).

Esforços contínuos vêm sendo, historicamente, empregados nesse debate (BELL; MORSE, 2001; HEZRI, 2004; INNES; BOOHER, 2000). Aos poucos, inventários turísticos, estudos de capacidade de carga, pesquisas de demanda, e registros de hóspedes e pernoites cederam espaço a novas propostas de indicadores (AGYEIWAAH; MCKERCHER; SUNTIKUL, 2017; BLANCAS et al., 2011; DEDUCE CONSORTIUM, 2007; FODRANOVÁ; KUBIČKOVÁ; MICHALKOVÁ, 2015). Propostas mais holísticas, pautadas em critérios multidimensionais, certificações e melhores práticas, e mais atentas à participação dos stakeholders nas tomadas de decisão (MATIKU; ZUWARIMWE; TSHIPALA, 2021). Modelos diversos não faltam. Desde estruturas mais simples de avaliação, até as mais complexas com

numerosos indicadores. O Global Sustainable Tourism Council elaborou uma estrutura de dez critérios, a serem adotados como padrões globais de sustentabilidade em viagens e turismo. Estes critérios perpassam quatro pilares: Gestão sustentável (3); Sustentabilidade socioeconômica (2); Sustentabilidade cultural (2); e Sustentabilidade ambiental (3) (GSTC, 2023). Em 2016, a Comissão Europeia apresentou um sistema de 67 indicadores, básicos e opcionais, subdivididos em 4 categorias: Gestão do destino; Impactos sociais e culturais; Valor econômico; e Impactos ambientais (EUROPEAN COMMISSION, 2016).

Com foco na sustentabilidade urbana, Moussiopoulos et al. (2010) apresentaram 88 indicadores, distribuídos em 13 grupos temáticos: Economia e população (5); Planejamento territorial e urbano (6); Energia (7); Transporte (9); Agricultura, Pecuária e pesca (11); Indústria (6); Turismo (5); Poluição do ar e mudanças climáticas (9); Recursos hídricos e ambiente marinho (8); Lixo sólido (4); Biodiversidade (7); Saúde (3); Educação – pesquisa e tecnologia (8). Para avaliar a sustentabilidade em destinos rurais, Blancas et al. (2011) propuseram um sistema de indicadores composto por 8 elementos específicos para destinos rurais (como a existência de rotas em áreas protegidas, uso intensivo de zonas naturais e de terras agrícolas), além de 77 indicadores gerais, ramificados pelas dimensões social, ambiental e econômica.

No campo do turismo comunitário, Choi e Sirakaya (2006) estabeleceram 125 indicadores subdivididos em 6 dimensões: Política (32); Social (28); Ecológica (25); Econômica (24); Tecnológica (3); e Cultural (13). Para o turismo em áreas protegidas, Trišić (2020) privilegiou elementos fundamentais, como o papel das comunidades, capacidade de carga, proximidade de terras agricultáveis e ecoturismo, focando, sobretudo, em aspectos socioambientais. Gradualmente, novos quesitos são incorporados às propostas de indicadores de sustentabilidade no turismo, a exemplo dos relacionados a questões de gênero (equiparação salarial entre mulheres e homens), e de inclusão de pessoas com deficiência – PCDs (como percentual de atrativos acessíveis) (BRŠČIĆ et al., 2020). Estas e outras iniciativas refletem a percepção de que indicadores surgem de valores e criam valores, ou seja, “não apenas medimos o que valorizamos, mas também passamos a valorizar o que medimos” (MEADOWS, 1998).

Todavia, muitos desses instrumentos enfrentam obstáculos técnicos e conceituais em suas operacionalizações (TORRES-DELGADO; SAARINEN, 2014). Ao tempo em que o exercício de congregar tantos aspectos se tornou parte da aspiração comum pela sustentabilidade do turismo, complexificou-se a atuação de gestores locais. O excesso de indicadores resultou em instrumentos de avaliação da sustentabilidade no turismo ainda mais intrincados e complexos para serem postos em prática. Considerando esta lacuna, propõem-se uma ferramenta simplificada de orientação e de planejamento: a Mandala de Sustentabilidade no Turismo (MST).

MANDALA DA SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

A MST foi concebida como um instrumento de planejamento e de orientação teórico-metodológica a grupos gestores, locais e regionais. O seu mote maior é instruir, de forma simples e didática, atores interessados em desenvolver o turismo em seus territórios, sob as lentes da sustentabilidade. Foi idealizada como uma ferramenta flexível, a ser aplicada, considerando as particularidades de cada realidade, e não dentro de um quadro rígido, cuja finalidade seja a de rotular destinos como “sustentáveis”. A MST compreende o processo de desenvolvimento sustentável do turismo como um paradigma que deve se adaptar e legitimar uma ampla variedade de abordagens, de acordo com circunstâncias específicas (HUNTER, 2002). Aqui se ratifica que a sustentabilidade não é um atributo, um evento ou um fato, mas um processo em permanente construção, sujeito a aperfeiçoamentos constantes (AGBEDAHIN, 2019; COSTA, 2013).

Nesse sentido, a proposta da MST é fomentar a abertura de espaços democráticos de diálogo e de avaliação coletiva, que permitam identificar oportunidades e problemas, e auxiliar na construção de caminhos rumo à sustentabilidade. Para tanto, o instrumento contempla sete dimensões – ambiental, territorial, política, cultural, social, econômica e tecnológica – adaptadas ao campo do Turismo, as quais consideram as diversas reflexões e debates sobre o tema da Sustentabilidade (Figura 1).

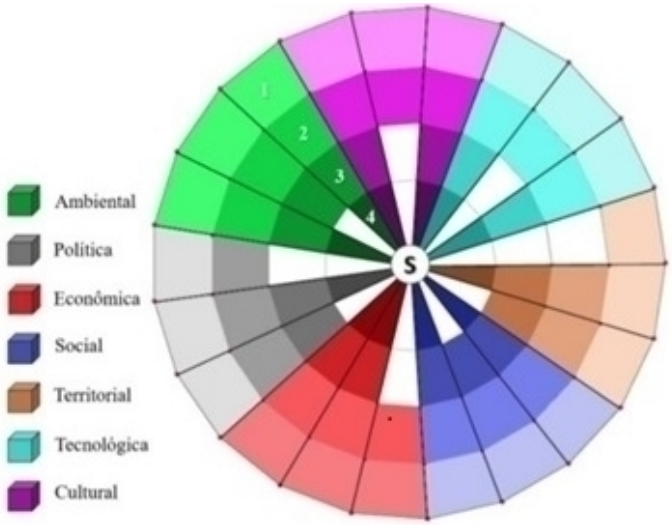

Figura 1 - Mandala da Sustentabilidade no Turismo.

Enfatiza-se que a coerência entre os resultados (advindos da MST) e a realidade territorial analisada, se condiciona à garantia da efetiva participação de representantes do poder público, do setor produtivo (empresários), das comunidades locais, do terceiro setor e demais atores do turismo, nos espaços abertos de diálogo. A MST pressupõe que tal processo coletivo de avaliação crítica deva se estabelecer a partir de 21 indicadores distribuídos pelas 07 dimensões da sustentabilidade (Quadros 1 a 7).

Os 21 indicadores, elencados como critérios estratégicos para a composição da MST, foram definidos a partir de três perguntas norteadoras: (a) Analisando experiências pretéritas de instrumentos de mensuração da sustentabilidade aplicados ao Turismo, e considerando o contexto brasileiro, quais indicadores deveriam ser aproveitados, desconsiderados ou mesmo criados, para comporem a MST? (b) Quais indicadores poderiam ser replicados a qualquer destino turístico brasileiro, independentemente de sua segmentação e/ou particularidades? (c) Quais indicadores possuem alto grau de simplificação, no que diz respeito à forma de sua comprovação/mensuração? Diante disso, foram revisitadas publicações internacionais (GSTC, 2023; Trišić, 2020; European Commission, 2016; Moussiopoulos et al., 2010; Blancas et al., 2011; Choi e Sirakaya, 2006; Brščić et al., 2020), políticas e estratégias nacionais vigentes de planejamento turístico (BRASIL, 2022; BRASIL, 2018), e reflexões críticas a partir da própria experiência dos autores, para a definição dos critérios da MST.

Como forma avaliação, cada indicador deverá receber uma classificação, dentro dos quatro níveis possíveis (1, 2, 3 ou 4). Indicadores classificados no Nível 1 demonstram inexistência de ações voltadas à sustentabilidade no território. Indicadores no Nível 2 representam a adoção de ações ainda frágeis e/ou insatisfatórias no campo da sustentabilidade. Indicadores no Nível 3 atestam ações notórias em direção à sustentabilidade, porém, com limitações e/ou insuficiências. E indicadores no Nível 4 simbolizam a existência concreta e satisfatória de ações ligadas à sustentabilidade.

AMBIENTAL	***Monitoramento e Contenção dos Impactos Ambientais pelo Turismo***	
	1	**Não realiza** nenhuma ação de monitoramento e contenção dos impactos ambientais pelas práticas do turismo (Ex: poluição do ar e da paisagem; segregação entre moradores e espaços produtivos; perturbações sobre os ecossistemas e redução da biodiversidade a partir do turismo saturado (*overtourism*); sobrecarga no sistema de abastecimento de água e de energia; ampla disposição de resíduos e lixo; devastação de áreas protegidas e urbanização de áreas naturais).
	2	**Realiza** ações **pontuais e esporádicas** de monitoramento e contenção dos impactos ambientais pelas práticas do turismo.
	3	**Realiza** ações **regulares e continuadas** de monitoramento e contenção dos impactos ambientais pelas práticas do turismo.
	4	**Realiza** ações **regulares e continuadas** previstas em Plano ou Programa Municipal de Monitoramento Ambiental do Turismo.
	Uso de Fontes de Energia Renovável	
	1	O consumo (ou produção) de energia por recursos renováveis (hídrica, eólica, solar, biomassa, geotérmica, oceânica, hidrogênio verde e/ou combustível sintético) representa **menos de 25%** do consumo total do destino.
	2	O consumo (ou produção) de energia por recursos renováveis representa **entre 25% e 50%** do consumo total do destino.
	3	O consumo (ou produção) de energia por recursos renováveis representa **entre 51% e 75%** do consumo total do destino.
	4	O consumo (ou produção) de energia por recursos renováveis representa **mais de 75%** do consumo total do destino.
	Responsabilidade Socioambiental Corporativa para Mitigação das Mudanças Climáticas	
	1	**Menos de 25%** das empresas do setor de turismo, cadastradas pelo CADASTUR (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo) realizam ações voltadas à mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas, tais como: adoção de práticas de ESG; adoção de sistemas de gestão ambiental e de baixo consumo de energia não-renovável, de materiais de uso único e de água; práticas de compensação de CO_2; ações de preservação da biodiversidade; adoção de selos e/ou de certificações socioambientais; premiações no campo da sustentabilidade, reconhecidas nacionalmente.
	2	**Entre 25% e 50%** das empresas do setor de turismo, cadastradas pelo CADASTUR realizam ações voltadas à mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas.
	3	**Entre 51% e 75%** das empresas do setor de turismo, cadastradas pelo CADASTUR realizam ações voltadas à mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas.
	4	**Mais de 75%** das empresas do setor de turismo, cadastradas pelo CADASTUR realizam ações voltadas à mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas.

Quadro 2 - Indicadores da Dimensão Ambiental. Fonte: próprios autores.

ECONÔMICA	***Integração entre Turismo e a Economia Local***	
	1	**Não são identificadas** práticas de comercialização direta entre pequenos produtores locais (ex: pescadores artesanais, agricultores familiares e artesãos) e o *trade* turístico (empresas). Todo o processo de comercialização se dá apenas por meio de intermediadores/atravessadores (peixarias, mercados, feiras, dentre outros).
	2	**São identificadas** práticas **pontuais e esporádicas** de comercialização direta entre pequenos produtores locais e o *trade* turístico, restritas a uma relação usual de compra e venda (a preços de mercado).
	3	**São identificadas** práticas **regulares e continuadas** de comercialização direta entre pequenos produtores locais e o *trade* turístico, restritas a uma relação usual de compra e venda (a preços de mercado).
	4	**São identificadas** práticas **regulares e continuadas** de comercialização direta entre pequenos produtores locais e o *trade* turístico, distribuídas entre práticas usuais de compra e venda (a preços de mercado) e práticas por relações solidárias, colaborativas e éticas (a preços justos definidos coletivamente).
	Viabilização de Empregos e Direitos Trabalhistas Assegurados	
	1	**Menos de 25%** dos trabalhadores no setor de turismo possuem contratos efetivos CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), prevendo direitos fundamentais como salário, jornada de trabalho, férias, repouso semanal remunerado, 13° salário, licença maternidade/paternidade).
	2	**Entre 25% e 50%** dos trabalhadores no setor de turismo possuem contratos efetivos CLT.
	3	**Entre 51% e 75%** dos trabalhadores no setor de turismo possuem contratos efetivos CLT.
	4	**Mais de 75%** dos trabalhadores no setor de turismo possuem contratos efetivos CLT.
	Estímulo à Qualificação Profissional	
	1	**Não realiza** nenhuma ação de qualificação profissional para atuação no setor de turismo.
	2	**Realiza** ações de qualificação para o turismo, definidas sem diagnóstico participativo prévio.
	3	**Realiza** ações de qualificação para o turismo, definidas com diagnóstico participativo prévio, porém, dissociadas das premissas e das proposições expressas na Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT).
	4	**Realiza** ações previstas em Plano Municipal de Qualificação para o Turismo, alinhado às premissas e às proposições expressas na PNQT.

Quadro 3 - Indicadores da Dimensão Econômica. Fonte: próprios autores.

SOCIAL	***Contenção da Violência***	
	1	A taxa de homicídios municipal **é maior** do que as taxas estadual, regional e nacional.
	2	A taxa de homicídios municipal **é menor** do que uma das três taxas (estadual, regional ou nacional).
	3	A taxa de homicídios municipal **é menor** do que duas das três taxas (estadual, regional ou nacional)
	4	A taxa de homicídios municipal **é menor** do que as três taxas (estadual, regional e nacional).
	Abertura de Oportunidades para Grupos Socialmente Excluídos	
	1	**Menos de 25%** das empresas do setor de turismo (CADASTUR) empregam indivíduos representantes de grupos socialmente excluídos (Ex: negros, indígenas, quilombolas, mulheres, PCDs ou LGBTQIAPN+) em funções de média e/ou alta gerência (profissionais em níveis estratégico e/ou tático, a exemplo de diretores, supervisores, coordenadores, gerentes, *chefs* etc.).
	2	**Entre 25% e 50%** das empresas do setor de turismo (CADASTUR) empregam indivíduos representantes de grupos socialmente excluídos em funções de média e/ou alta gerência.
	3	**Entre 51% e 75%** das empresas do setor de turismo (CADASTUR) empregam indivíduos representantes de grupos socialmente excluídos em funções de média e/ou alta gerência.
	4	**Mais de 75%** das empresas do setor de turismo (CADASTUR) empregam indivíduos representantes de grupos socialmente excluídos em funções de média e/ou alta gerência.
	Condições do Saneamento Básico	
	1	**Não há** saneamento básico, pela ausência de realização dos cinco serviços fundamentais: 1. Manejo e abastecimento de água, incluindo tratamento e reuso, seja de forma direta (para irrigação e/ou indústrias), quanto indireta (para águas superficiais e/ou subterrâneas, ou seja, retornando para a natureza); 2. Esgotamento sanitário; 3. Limpeza urbana; 4. Drenagem urbana; 5. Manejo de resíduos sólidos por meio da coleta, transbordo, tratamento e disposição final.
	2	**São identificados** até dois, dos cinco serviços fundamentais, ofertados para mais de 50% da população.
	3	**São identificados** até quatro, dos cinco serviços fundamentais, ofertados para mais de 50% da população.
	4	**São identificados** os cinco serviços fundamentais, ofertados para mais de 50% da população.

Quadro 4 - Indicadores da Dimensão Social. Fonte: próprios autores.

CULTURAL	***Estímulo à Conservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural (Material e/ou Imaterial)***	
	1	**Não realiza** nenhuma ação direcionada à proteção, promoção, conservação e salvaguarda do patrimônio cultural material e/ou imaterial do território.
	2	**Realiza** ações direcionadas à proteção, promoção, conservação e salvaguarda do patrimônio cultural material e/ou imaterial do território, **porém**, descontinuadas, sem monitoramento e sem avaliação periódicas.
	3	**Realiza** ações direcionadas à proteção, promoção, conservação e salvaguarda do patrimônio cultural material e/ou imaterial do território, continuadas, periodicamente monitoradas e avaliadas.
	4	**Realiza** ações previstas em Programa Municipal do Patrimônio Cultural (Material e/ou Imaterial), a exemplo de: inventários; tombamentos; registros; desapropriações; vigilância; projeto de salvaguarda; projeto de divulgação; projeto de combate ao etnocídio; projeto de conservação da memória cultural e fortalecimento de costumes, tradições e crenças originários, etc.
	Suporte à Pequena Produção Local (Artesanal, Familiar e Comunitária)	
	1	**Não há assistência** técnica, logística e/ou jurídica – por parte de entidades públicas (Governo), privadas (Sebrae) e/ou sem fins lucrativos (ONGs) – direcionada à grupos de pequenos produtores locais.
	2	**Há assistência** técnica, logística e/ou jurídica – por parte de entidades públicas, privadas e/ou sem fins lucrativos – direcionada à grupos de pequenos produtores locais, porém, pontual e descontinuada.
	3	**Há assistência** técnica, logística e/ou jurídica – por parte de entidades públicas, privadas e/ou sem fins lucrativos – direcionada à grupos de pequenos produtores locais, regular e continuada.
	4	**Há assistência** técnica, logística e/ou jurídica prevista em Plano ou Programa de Assistência à Produção Comunitária Local, em execução, como instrumento de planejamento que preveja: capacitações; acesso a crédito (capital de giro) e a equipamentos; aproximação com o *trade* turístico (por meio de práticas de comércio justo, ético e solidário) e com visitantes (por meio de feiras comunitárias).
	Estímulo ao Turismo de Base Comunitária (TBC)	
	1	**Não realiza** nenhuma ação de apoio às iniciativas de TBC, pautadas na vivência intercultural (pelo compartilhamento de saberes e tradições) e no protagonismo comunitário de grupos originários (ex: quilombolas e indígenas) e/ou tradicionais (ex: artesãos, pescadores artesanais e agricultores familiares).
	2	**Realiza** ações de apoio às iniciativas de TBC, **porém**, descontinuadas, sem monitoramento e sem avaliação periódicas.
	3	**Realiza** ações de apoio às iniciativas de TBC, continuadas, periodicamente monitoradas e avaliadas.
	4	**Realiza** ações previstas em Programa Municipal de Turismo Comunitário como instrumento de apoio às iniciativas de TBC.

Quadro 5 - Indicadores da Dimensão Social. Fonte: próprios autores.

POLÍTICO	***Participação Pública nas Instâncias de Governança do Turismo***	
	1	**Não existem** instâncias de participação sociopolíticas de turismo (ex: conselhos municipais de turismo, fóruns, agências de desenvolvimento, comitês, redes e/ou associações), devidamente formalizadas.
	2	**Existem** instâncias de participação sociopolíticas de turismo, devidamente formalizadas, porém, que cumprem com apenas 01 ou 02 critérios de avaliação da efetiva participação: 1. Autodeterminação: presidente, membros da diretoria e secretaria executiva (ou equivalente) definidos por meio de eleição em assembleia aberta aos atores locais, e devidamente formalizados; 2. Organização: agenda semestral de reuniões definida coletivamente, e realização de reuniões periódicas, com pauta e material de apoio previamente encaminhados; 3. Envolvimento: mínimo de 75% de assiduidade (por semestre) pelos membros/representantes; 4. Representatividade: equilíbrio na composição, entre representantes do poder público, da sociedade civil organizada, do *trade* turístico (empresários), de grupos de pequenos empreendedores/produtores rurais, do Sistema "S", de instituições de ensino, de órgãos correlacionados (ambientais, transporte, segurança, saúde e/ou infraestrutura), do terceiro setor, e lideranças locais; 5. Deliberação: linguagem acessível a todos os participantes, e estrutura clara de votação e de deliberação, com regras transparentes e democraticamente aceitas previamente pelos membros.
	3	**Existem** instâncias de participação sociopolíticas de turismo, devidamente formalizadas, porém, que cumprem com 03 ou 04 critérios de avaliação da efetiva participação, acima listados.
	4	**Existem** instâncias de participação sociopolíticas de turismo, devidamente formalizadas, que cumprem com os 05 critérios de avaliação da efetiva participação, acima listados.
	Participação Pública nas Eleições	
	1	**Índice de comparecimento eleitoral** abaixo de 70%.
	2	**Índice de comparecimento eleitoral** entre 71% e 80%.
	3	**Índice de comparecimento eleitoral** entre 81% e 90%.
	4	**Índice de comparecimento eleitoral** acima 90%.
	Educação/Sensibilização para o Turismo Responsável	
	1	**Não realiza** nenhuma ação de educação/sensibilização de turistas e de moradores sobre prudência com o meio ambiente, sobre respeito e valorização do patrimônio (histórico-cultural) local, e sobre combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.
	2	**Realiza** ações de educação/sensibilização de turistas e de moradores sobre um dos três temas (meio ambiente, patrimônio histórico-cultural local ou combate à exploração sexual de crianças e adolescentes).
	3	**Realiza** ações de educação/sensibilização de turistas e de moradores sobre dois dos três temas (meio ambiente, patrimônio histórico-cultural local ou combate à exploração sexual de crianças e adolescentes).
	4	**Realiza** ações previstas em Programa Municipal de Educação/Sensibilização de Turistas e de Moradores sobre os três temas (meio ambiente, patrimônio histórico-cultural local e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes).

Quadro 6 - Indicadores da Dimensão Política. Fonte: próprios autores.

TERRITORIAL	***Existência de Plano Diretor com foco no Turismo***	
	1	**Não há** Plano Diretor no município.
	2	**Há** Plano Diretor no município, **porém**, desatualizado (mais de 10 anos), e/ou não devidamente implantado, elaborado sem considerar o contexto turístico (planos, políticas, inventários e mapeamentos).
	3	**Há** Plano Diretor no município, atualizado (menos de 10 anos) e devidamente implantado, porém, elaborado sem considerar o contexto turístico (planos, políticas, inventários e mapeamentos).
	4	**Há** Plano Diretor no município, atualizado e devidamente implantado (ou em processo de implantação), com foco nas áreas de interesse turístico, considerando: políticas e planos municipais de turismo; inventário dos atrativos naturais e das manifestações culturais; mapeamento da oferta (serviços turísticos, grupos de atores representativos, infraestrutura turística, etc.) e da demanda (informações sobre os turistas); incentivo à mobilidade ativa (como criação de ciclovias e melhoramento do transporte público).
	Acessibilidade nos Pontos de Visitação	
	1	**Menos de 25%** dos pontos de maior fluxo de visitação turística local são acessíveis a pessoas com deficiência (PCDs) e/ou mobilidade reduzida (permanente ou temporária), atendendo aos critérios e parâmetros estabelecidos pela NBR 9050/2020 da ABNT (ou por outra norma atualizada e vigente).
	2	**Entre 25% e 50%** dos pontos de maior fluxo de visitação turística local são acessíveis a PCDs e/ou mobilidade reduzida, atendendo aos critérios e parâmetros estabelecidos pela NBR 9050/2020 da ABNT (ou por outra norma atualizada e vigente).
	3	**Entre 51% e 75%** dos pontos de maior fluxo de visitação turística local são acessíveis a PCDs e/ou mobilidade reduzida, atendendo aos critérios e parâmetros estabelecidos pela NBR 9050/2020 da ABNT (ou por outra norma atualizada e vigente).
	4	**Mais de 75%** dos pontos de maior fluxo de visitação turística local são acessíveis a PCDs e/ou mobilidade reduzida, atendendo aos critérios e parâmetros estabelecidos pela NBR 9050/2020 da ABNT (ou por outra norma atualizada e vigente).
	Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde	
	1	**Possui** apenas Unidade Básica de Saúde (UBS), que não atende satisfatoriamente a demanda por turistas e moradores. Ou seja, os serviços e a estrutura física são precários.
	2	**Possui** apenas UBS, que atende satisfatoriamente a demanda por turistas e moradores. Ou seja, os serviços e a estrutura física são adequados.
	3	**Possui** UBS e Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que não atendem satisfatoriamente a demanda por turistas e moradores. Ou seja, os serviços e a estrutura física são precários.
	4	**Possui** UBS e UPA, que atendem satisfatoriamente a demanda por turistas e moradores. Ou seja, os serviços e a estrutura física são adequados. Eventualmente, também possui hospital(is).

Quadro 7 - Indicadores da Dimensão Territorial. Fonte: próprios autores.

TECNOLÓGICA	***Desenvolvimento Tecnológico para a Promoção do Destino***	
	1	**Não utiliza nenhuma** das cinco estratégias/ferramentas tecnológicas inovadoras listadas a seguir: 1. *Site* Oficial da Prefeitura Municipal e/ou da Secretaria de Turismo; 2. Redes Sociais (Facebook, Instagram, X etc.); 3. *Tours* Virtuais (vídeos em 360°); 4. Técnicas de *branding* (cores, *slogans*, *hashtags*, campanhas publicitárias *online*); 5. Técnicas de otimização para mecanismos de buscas (*Search Engine Optimization – SEO*).
	2	**Utiliza de uma a duas** das cinco estratégias/ferramentas tecnológicas, acima listadas.
	3	**Utiliza de três a quatro** das cinco estratégias/ferramentas tecnológicas, acima listadas.
	4	**Utiliza as cinco** estratégias/ferramentas tecnológicas, acima listadas.
	Desenvolvimento Tecnológico para Gestão e Planejamento do Destino	
	1	**Não utiliza nenhuma** das cinco estratégias/ferramentas tecnológicas inovadoras listadas a seguir: 1. Plataformas digitais para acesso a dados (Big Data); 2. Controle inteligente da visitação e da capacidade de carga de um atrativo; 3. Aplicativos de rastreamento de casos de doenças endêmicas/pandêmicas e variantes; 4. Mapeamento e monitoramento digital de pontos de controle (segurança pública); 5. Mapeamento e monitoramento digital de pontos de suporte (PCDs, carros elétricos, serviços hospitalares etc.).
	2	**Utiliza de uma a duas** das cinco estratégias/ferramentas tecnológicas, acima listadas.
	3	**Utiliza de três a quatro** das cinco estratégias/ferramentas tecnológicas, acima listadas.
	4	**Utiliza as cinco** das estratégias/ferramentas tecnológicas, acima listadas.
	Desenvolvimento Tecnológico para Operacionalização do Turismo no Destino	
	1	**Não utiliza nenhuma** das sete estratégias/ferramentas tecnológicas inovadoras listadas a seguir: 1. Garantia de acesso livre à internet (*wi-fi*) para mais de 75% dos principais espaços de visitação; 2. Garantia de qualidade da rede móvel (Tecnologia 5G); 3. Disponibilidade de aplicativos de compras, reservas e/ou aluguéis (ex: ingressos para shows e/ou museus, tickets de metrô, bicicletas rotativas etc.); 4. Disponibilidade de aplicativos de consulta imediata (*on-time*) sobre os principais pontos de visitação (ex: informações sobre lotação, fluxos saturados, localização, horários de funcionamento, valores para acesso etc.); 5. Disponibilidade de códigos QR (*Quick Response*) nos principais pontos de visitação; 6. Disponibilidade de reservas e de outros serviços por reconhecimento de voz; 7. Uso de *softwares* inteligentes de conversa (*chatbots*) e de inteligência artificial (ex: ChatGPT).
	2	**Utiliza de uma a três** das sete estratégias/ferramentas tecnológicas, acima listadas.
	3	**Utiliza de quatro a seis** das sete estratégias/ferramentas tecnológicas, acima listadas.
	4	**Utiliza as sete** estratégias/ferramentas tecnológicas, acima listadas.

Quadro 8 - Indicadores da Dimensão Tecnológica. Fonte: próprios autores.

Por meio do preenchimento da MST, grupos gestores de destinos turísticos terão a capacidade de reconhecer – visualmente, inclusive – quais são as lacunas estruturantes em cada dimensão (espaços em branco), as quais deverão ser preenchidas por meio da elaboração e da implantação de novas políticas públicas (mais eficazes e direcionadas) e do planejamento turístico (local e/ou regional) orientadas à sustentabilidade.

CONCLUSÕES

Fundamentalmente, por mais que a sustentabilidade tenha se tornado um desejo comum, e se popularizado por narrativas políticas e corporativas, a sua compreensão segue alicerçada por raciocínios polissêmicos. Alguns deles, imprecisos e dissemelhantes. Outros, apenas vagos e simplistas. Mas, todos, movidos por interesses particulares, dentro de um mesmo campo de disputa.

A complexidade inerente ao entendimento da sustentabilidade se amplia, ainda mais, ao se somar ao intrincado processo de planejamento de um fenômeno social multidimensional, sistêmico, transversal, multisetorial e dinâmico, como o Turismo. No intuito de contribuir com a desmistificação dos pressupostos da sustentabilidade, e estimular a reflexão sobre sua aplicação no setor turístico, o presente trabalho abriu um espaço de análise demonstrando que:

(a)A Sustentabilidade é: polissêmica (e não coesa); sistêmica (em que os custos e os benefícios são compartilhados em distintos espaços e momentos); caracterizada por múltiplas dimensões (interdependentes); não-dicotômica (para além do panfletário discurso do "é" ou "não é"); um processo-meio (e não um fim); conduzida ao bem comum (e não ao mero progresso econômico); sólida e aplicada (o que demanda mensuração); atrelada ao atendimento de direitos (humanos, coletivos,

políticos, econômicos, cívicos e culturais); fundamentada por aspectos peculiares dos sistemas locais e regionais (e não circunscrita apenas às macrorrealidades); orientada pelo princípio ético intergeracional (e não pela conquista no isolamento e no curto prazo);

(b)A proposta da Mandala da Sustentabilidade no Turismo, como um instrumento de orientação para grupos gestores locais e regionais, pode vir a contribuir com o planejamento do Turismo e com a adoção de políticas públicas éticas e eficazes, com vistas ao bem comum e à sustentabilidade. A sua estrutura flexível poderá impulsionar debates coletivos, participativos e democráticos nos territórios, ressignificando os propósitos do Turismo.

O exercício de definir apenas 21 critérios, para serem trabalhados pelo instrumento, foi desafiador. Muitos critérios significativos acabaram sendo preteridos por duas razões pertinentes:

1-a impossibilidade de replicação a qualquer destino. Muitos destinos possuem segmentações próprias (como Ecoturismo, Turismo Cívico, Turismo de Base Comunitária), características particulares (como a presença de unidades de conservação ou de comunidades originárias), e intensidades de fluxos turísticos distintas. Critérios como "controle da visitação em áreas naturais protegidas" acabariam sendo restringidos;

2-a complexidade em se conseguir mensurar e/ou comprovar tal aspecto. Ao se distanciar de elementos concretos de comprovação, tais fatores poderiam atravancar o processo de operacionalização do instrumento. Exemplo: "garantia de liberdade e de igualdade no usufruto das áreas de interesse turístico" apesar de fundamental, seria de difícil verificação;

Naturalmente, todos os atores locais muito têm a contribuir com a MST, seja por meio de correções, alterações ou incorporações de critérios em sua estrutura proposta. O mais importante é que o primeiro passo foi dado: a sua prévia formulação. Esta proposta reconhece a complexidade inerente aos caminhos a serem percorridos no alcance da sustentabilidade no turismo. Desse modo, estudos futuros poderão revisitar as dimensões e critérios aqui sugeridos, como forma de aperfeiçoar o instrumento, afinal, não se trata de um instrumento engessado, e sim que desconsidera as múltiplas possibilidades que se desvelam no horizonte da busca pela sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Muito além da economia verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

AGBEDAHIN, A.V. Sustainable development, Education for Sustainable Development, and the 2030 Agenda for Sustainable Development: Emergence, efficacy, eminence, and future. Sustainable Development, v.27, n.4, p.669-680, 2019. http://dx.doi.org/10.1002/sd.1931]

AGYEIWAAH, E.; MCKERCHER, B.; SUNTIKUL, W. Identifying core indicators of sustainable tourism: A path forward?. Tourism Management Perspectives, v.24, p. 26-33, 2017. http://dx.doi.org/10.1016/j.tmp.2017.07.005

BARBIERI, J.C.; VASCONCELOS, I.F.G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F.C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. RAE, v.50, n.2, p.146-154, 2010. https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000200002

BELL, S.; MORSE, S. Breaking through the glass ceiling: who really cares about Sustainability indicators? Local Environment, 6, p.291-309, 2001. https://doi.org/10.1080/13549830120073284

BENI, M.C. Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. RBTUR, São Paulo, v.14, n.2, p.1-8, 2020. https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847

BLANCAS, F.J.; LOZANO-OYOLA, M.; GONZALEZ, M.; GUERRERO, F.M.; CABALLERO, R. How to use sustainability indicators for tourism planning: The case of rural tourism in Andalusia (Spain). Science of the Total Environment, 412, p.28-45, 2011.https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2011.09.066

BRASIL. Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT). Brasília: MTur, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnqt-pdf . Acesso em: 15 dezembro 2018.

BRASIL. Cartilha de Plano Diretor Orientado ao Turismo (PDOTur). Brasília: MTur, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/plano-diretor-orientado-ao-turismo/cartilha_de_plano_diretor_orientado_ao_turismo__versao_final____01-05-2022-sem-logomarca-1.pdf . Acesso em: 10 dezembro 2022.

BRŠČIĆ, K.; PLANAGUMA, L. P.; RASCHI, A.; MARCHI, V.; ŠUGAR, T.; LOVREČIĆ, K.; POLJUHA, D. Can indicators for sustainable tourism improve tourism planning in the coastal destinations? Empirical evidence from Catalonia, Istrian Region and Tuscany Region. Tourism: An International Interdisciplinary Journal, v.68, n.2, p.144-155, 2020. https://doi.org/10.37741/t.68.2.3

CAMPAGNA, C.; GUEVARA, D.; LE BOEUF, B. Sustainable development as deus ex machina. Biological Conservation, 209, p.54-61, 2017. https://doi.org/10.1016/j.biocon.2017.01.016

CAVALCANTE, M.B.; FURTADO, E.M. Políticas Públicas de Turismo em Unidades de Conservação (public policy for tourism in conservation units). Mercator, Fortaleza, v.10, n.21, p.133-146, apr. 2011. https://doi.org/10.4215/RM2011.1021. 0009

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. Tourism Management, v.27, n.6, p.1274-1289, 2006. https://doi.org/10.1016/j.tourman.2005.05.018

CLARK, W.C.; HARLEY, A.G. Sustainability Science: Toward a Synthesis. Annual Review of Environment and Resources, v.45, p.331-386, 2020. Disponível em: http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:42660129. Acesso em: 5 maio 2023

CLARKE, J. A framework of approaches to sustainable tourism. Journal of Sustainable Tourism, v.5, n.3, 1997.

COSTA, H. A. Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DALY, H.; COBB, C.W. For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future. Boston: Beacon Press,1989.

DEDUCE CONSORTIUM. Indicators Guidelines to adopt an indicators-based approach to evaluate coastal sustainable development. 2007. Disponível em: https://climate-adapt.eea.europa.eu/metadata/tools/deduceindicators-guidelines-to-adopt-an-indicators-based-approach-to-evaluate-coastal-sustainable-development.Acesso em 31 maio 2023.

DELMAS, M.A.; BURBANO, V.C. The Drivers of Greenwashing. California Management Review, v.54, n.1, Special Issue, p.6-87, 2011.

ELKINGTON, J. Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. 1.ed. John Wiley and Sons Ltd,1997.

EUROPEAN COMMISSION. European Tourism Indicator System: ETIS toolkit for sustainable destination management. 2016. Disponível em: https://ec.europa.eu/docsroom/documents/21749. Acesso em: 30 maio 2023.

FAUCHEUX,S.; NÖEL,J-F. Economia dos recursos naturais e do meio ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FODRANOVÁ, I.; KUBIČKOVÁ, V.; MICHALKOVÁ, A. Measuring societal value of tourism: A new approach. Tourism: An International Interdisciplinary Journal, v.63, n.4, p.423-434, 2015.

FONT, X.; ELGAMMAL, I.; LAMOND, I. Greenhushing: the deliberate under communicating of sustainability practices by tourism businesses. Journal of Sustainable Tourism, v.25, n.7, p.1007-1023, 2017. https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1158829

FONTELES, J.O. Reconstrução de Territórios e Identidade: um olhar sobre Jericoacoara – Ceará (reconstruction of territories and identity: a look at Jericoacoara - Ceará). Mercator, Fortaleza, v.4, n.8, nov. 2008.

GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM COUNCIL (GSTC). About the Global Sustainable Tourism Council (GSTC). 2023. Disponível em:https://www.gstcouncil.org/about/. Acesso em: 31 maio 2023.

HEZRI,A.A. Sustainability indicator system and policy issues in Malaysia: a framework for utilisation and learning. Journal of Environmental Management, 73, p.357-71, 2004.

HUNTER,C. Aspects of the sustainable tourism debate from a natural resources perspective. In: HARRIS,R.; GRIFFIN,T.; WALL,G. (Org.). Sustainable Tourism: a global perspective. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2002, p.3-33.

INNES, J.E.; BOOHER, D.E. Indicators for sustainable communities: a strategy building on complexity theory and distributed intelligence. Planning Theory & Practice, 1, p.173-86, 2000.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE [IPCC]. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge University Press. 2022. https://doi.org/10.1017/9781009325844

KRIPPENDORF, J. The Holiday Makers: Understanding the Impact of Leisure and Travel. Oxford: Routledge, 2016.

LANDFORD, C. Managing for sustainable tourism: a review of six cultural World Heritage Sites. Journal of Sustainable Tourism, 17, p.53-70, 2009.

LATOUCHE, S. Le pari de la Décroissance. Paris: Fayard,2006.

LEIPER, N. Environmental impacts and ecosystems for tourism. Tourism Management, TAFE Publications, Melbourne,1995.

LIU, Z. Sustainable tourism development: a critique. Journal of Sustainable Tourism, v.11, n.06, 2003.

LOVELOCK, J. Beware: Gaia may destroy humans before we destroy the Earth. The Guardian. 2021. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/nov/02/beware-gaia-theory-climate-crisis-earth. Acesso em: 31 nov. 2021.

MARQUARDT, B. Historia de la sostenibilidad. Un concepto medio-ambiental en la historia de Europa central (1000-2006). Historia Crítica, 32, p.172-197, 2006.

MARTINS, M. Tourism planning and tourismphobia: an analysis of the strategic tourism plan of Barcelona 2010-2015. Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing, v.4, n.1, p.3-7, 2018.

MATIKU, S.M.; ZUWARIMWE, J.; TSHIPALA, N. Sustainable tourism planning and management for sustainable livelihoods. Development Southern Africa, v.38, n.4, p.524-538, 2021. https://doi.org/10.1080/0376835X.2020.1801386

MCCOOL, S.F.; BOSAK, K. (Org.). Reframing Sustainable Tourism. Serie Environmental Challenges and Solutions. Ed.1, Dordrecht: Springer,2016.

MEADOWS, D. Indicators and Information Systems for Sustainable Development. Hartland: The Sustainability Institute,1998.

MEYER, J.; ROWAN, B. (1991). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: DIMAGGIO,P.; POWELL,W. (Org.). The New Institutionalism in Organizational Analysis. Chicago: The University of Chicago Press, p.1-41,1991.

MILANO, C.; NOVELLI, M.; CHEER, J.M. Overtourism and degrowth: a social movements perspective. Journal of Sustainable Tourism, v.27, n.12, p.1857-1875, 2019.

MOESCH, M.M. El origen del conocimiento: el lugar de la experiencia y de la razón en la génesis del conocimiento del turismo. Estudios y Perspectivas en Turismo, v.22, n.5, p.985-1001, 2013.

MOUSSIOPOULOS, N.; ACHILLAS, C.; VLACHOKOSTAS, C.; SPYRIDI, D.; NIKOLAOU, K. Environmental, social and economic information management for the evaluation of sustainability in

urban areas: A system of indicators for Thessaloniki, Greece. Cities, v.27, n.5, p.377-384, 2010. https://doi.org/10.1016/j.cities.2010.06.001

NASCIMENTO, E.P. The Trajectory of Sustainability: from environmental to social, from social to economic. Estudos Avançados, v.26, n.74, 2012. https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005

NASCIMENTO, E.P. Um mundo de riscos e desafios: conquistar a sustentabilidade, reinventar a democracia, e eliminar a nova exclusão social. 1.ed.Brasília: Fundação Astrojildo Pereira,2020.

OLABI, A.G.; OBAIDEEN, K.; ELSAID, K.; WILBERFORCE, T.; SAYED, E.T.; MAGHRABIE, H.M.; ABDELKAREEM, M.A. Assessment of the pre-combustion carbon capture contribution into sustainable development goals SDGs using novel indicators. Renewable and Sustainable Energy Reviews, 153,111710,2022. https://doi.org/10.1016/j.rser.2021.111710

PRESCOTT-ALLEN, R. Barometer of Sustainability: measuring and method illustrated by the wellbeing of nations. Cambridge: IUCN, 2001.

REBOLLO,J.F.V.; BAIDAL,J.A.I. Measuring sustainability in a mass tourist destination: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. Journal of Sustainable Tourism, v.11, n.2-3, p.181-203, 2003.

REDCLIFT, M. Sustainable Development: Needs, Values, Rights. Environmental Values, 2, p.3-20, 1993.

RIPPLE, W.J.; WOLF, C.; NEWSOME, T.M.; GALETTI, M.; ALAMGIR, M.; CRIST, E;...LAURANCE, W.F. World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice. BioScience, v.67, n.12, p.1026-1028. https://doi.org/10.1093/biosci/bix125

RUHANEN, L.; MOYLE, C.L.; MOYLE, B. New directions in sustainable tourism research. Tourism Review, v.74, n.2, p.138-149, 2019. https://doi.org/10.1108/TR-12-2017-0196

SACHS, I. Rumo à socioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento. VIEIRA, P.F. (Org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, I. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCARANO, F.R. The Emergence of Sustainbility. In: WEGNER, L.H; LÜTTGE, E.U.(Orgs.) Emergence and Modularity in Life Sciences. New York: Springer, p.51-66, 2019.

SCIPIONI, A.; MAZZI, A.; MASON, M.; MANZARDO, A. The dashboard of sustainability to measure the local urban sustainable development: the case study of Padua municipality. Ecological Indicators, 9, p.364-380, 2009. http://dx.doi.org/10.1016/j. ecolind.2008.05.002

SHARPLEY, R. Tourism, sustainable development and the theoretical divide: 20 years on. Journal of Sustainable Tourism, v.28, n.11, p.1932-1946, 2020. https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1779732

SILVA, M.J.R; GOMES, R.C.C. Nas Contradições do "Belo" a Exclusão Social do Turismo: um olhar sobre Ponta Negra (in the contradictions of the "beautiful" the social exclusion of the tourism: a glance on Ponta Negra). Mercator, Fortaleza, v. 3, n. 5, nov. 2008

SINGH, K.; GERA, R.; SHARMA, R.; MAITHANI, D.; CHANDRA, D.; BHAT, M.A... BHATT, P. Mechanism and application of Sesbania root-nodulating bacteria(...). Archives of Microbiology, 203, p.1259-1270, 2021. https://doi.org/10.1007/s00203-020-02137-x

SOLOW, R. The economics of resources or the resources of economics. American Economic Review, v.64, n.2, may, 1-14, 1974.

SOLOW,R. An Almost Practical Step Toward Sustainability. Resource Policy, v.19, n.3, p.162-172, 1993.

TASSO, J.P.F. À procura da inclusividade: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros. [Tese de doutoramento em Desenvolvimento Sustentável, CDS/UnB], 2014.

TORRES-DELGADO, A.; SAARINEN, J. Using indicators to assess sustainable tourism development: a review. Tourism Geographies, v.16, n.1, p.31-47, 2014. https://doi.org/10.1080/14616688.2013.867530

TORRES-DELGADO, A.; PALOMEQUE, F.L. Measuring sustainable tourism at the municipal level. Annals of Tourism Research, 49, p.122-137, 2014.

TRIŠIĆ, I. Using indicators to assess sustainable tourism development: The case of protected natural areas of Vojvodina (Northern Serbia). Turizam, v.24, n.4, p.178-193, 2020. https://doi.org/10.5937/turizam24-26080

UNITED NATIONS [UN]. Our Common Future. 1987. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf. Acesso em: 15 maio 2015.

VALLS, J.F. Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis. Rio de Janeiro: FGV,2006.

VEIGA, J.E. O antropoceno e as humanidades. São Paulo: Editora 34, 2023.

VEIGA, J.E. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. 3ª.ed. São Paulo: Senac, 2019.

WACKERMANN, G. Le développement durable. Paris: Ellipses, 2008.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth. Philadelphia, PA: New Society Publishers, 1996.

WORLD TOURISM ORGANIZATION [WTO]. 'Overtourism'? Understanding and Managing Urban Tourism Growth beyond Perceptions. 2019. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284420070. Acesso em: 31 maio 2020.

Afiliação dos Autores

Tasso, J.P.F. - Professor da Universidade de Brasília
Silva, D.L.B. - Professor da Universidade Federal do Maranhão
Nascimento, E.P. - Professor da Universidade de Brasília

Contribuição dos Autores

Tasso, J.P.F. - O autor contribuiu na elaboração, realização e manipulação dos dados e redação.
Silva, D.L.B. - O autor contribuiu na elaboração, realização e manipulação dos dados e redação.
Nascimento, E.P. - O autor contribuiu na elaboração, realização e manipulação dos dados e redação.

Editores Responsáveis

Jader de Oliveira Santos
Lidriana de Souza Pinheiro